

## **Desigualdade no trabalho é preocupação das mulheres**

**Intervenção realizada na Conferência, como parte da reunião da FDIM em Moscou – maio de 2014**

**Ana Rocha**  
**Jornalista e psicóloga**  
**Secretária da SPM Rio**

**Ao participar desta Conferência** na cidade berço do socialismo, sou tomada pela emoção, pela identidade que tenho com os marxistas-leninistas, por sempre ter procurado ter este olhar para a luta emancipacionista das mulheres. Justamente por isso, tenho de me reportar à visão dos marxistas-leninistas de que o trabalho é fundamental para a formação do ser social, e isso também vale para as mulheres. A esfera do trabalho privado é invisível, o trabalho no espaço público é visível e valorizado socialmente.

Por isso que o ingresso da mulher no mercado de trabalho formal significou um grande avanço. Mas essa inserção é marcada pela desigualdade, pela sobrecarga doméstica e o cuidado com as pessoas. A questão em pauta é como superar o estereótipo do provedor homem e da cuidadora mulher, num mundo real em que homens e mulheres são provedores e cuidadores. Cabendo o destaque, é claro, de que no Brasil, a mulher passou a ser provedora, (cerca de 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, segundo o IBGE), mas os cuidados continuam de sua maior responsabilidade.

A subjetividade da mulher atual está povoada de culpa, de múltiplas exigências, do conflito diante de escolhas impossíveis, da possibilidade de autoafirmação à custa de sacrifícios pessoais. Como preservar ao mesmo tempo o direito à autonomia econômica e o prazer da relação amorosa e filial, o espaço em família, baseado na afetividade? As mulheres persistem na busca de novos caminhos para uma vida feliz. A autoafirmação e a afetividade são hoje as duas faces da moeda da felicidade.

Novos horizontes se abrem quando vamos avançando no entendimento de que a solução dessa equação não pode ficar na mão das mulheres, mas que esta é também uma responsabilidade do estado e da sociedade.

Atravessamos o furacão neoliberal com a redução do papel do estado na economia e nas políticas públicas, e vivemos o turbilhão atual da crise econômica, sobretudo nos países mais ricos, com o aumento do desemprego, das guerras. Vários estudos apontam que a crise bancária, a crise econômica propriamente dita e a crise social, redundaram em movimentos de precarização e de desemprego que afetaram desigualmente a mão-de-obra masculina e feminina. As mulheres são majoritárias nas situações de desemprego. E à precarização do trabalho das mulheres se soma a precarização familiar.

As conseqüências da privatização, da diminuição da proteção social, da redução dos serviços públicos. Significaram não apenas a diminuição do trabalho decente para mulheres e homens, mas também a exploração crescente do trabalho gratuito das mulheres na esfera doméstica e familiar. É o que se constata, sobretudo na Europa em crise.

No Brasil, a eleição de Lula e depois de Dilma, foi a vitória de um projeto que aponta para o avanço democrático, da soberania nacional, do desenvolvimento e da geração de emprego e renda. Nos últimos 10 anos, o Brasil retirou da pobreza 36 milhões de pessoas. Houve aumento significativo do salário mínimo e transferência de renda com programas tipo Bolsa Família e Brasil sem Miséria. Homens e mulheres vivenciam a pobreza de forma diferenciada. As desigualdades de classe, gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil. Se o trabalho é via de superação da pobreza, a questão da igualdade é fundamental ao trabalho decente.

O acesso da mulher ao trabalho em condições de igualdade ganha relevância num país como o Brasil, onde a miséria e a pobreza atingem milhões, e onde, sobretudo as mulheres sofrem com a ausência de maior qualidade de vida (moradia, saneamento, transporte, serviços básicos de qualidade). Não há dúvida de que são as mulheres com menor remuneração que enfrentam em maior grau a dupla jornada de trabalho.

No Brasil houve um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos 20 anos. Se em 1995, 54,3% das mulheres de 16 anos ou mais se encontravam ativas, ou seja, empregadas ou à procura de empregos, esse índice chegou a 58,5% em 2008. Mas se o nível de atividade das mulheres aumentou ainda é bastante inferior ao verificado para os homens (81,7%, em 2008). Por outro lado, a taxa de desemprego masculino foi de 5,2% em 2008, a feminina atingiu 9,6%, o que representa um contingente de 1,2 milhão de mulheres desempregadas em comparação aos homens. Além disso, dados do PNAD informam a cada ano que as diferenças salariais permanecem. Em média, a remuneração feminina corresponde a 70% da masculina. Bem como o acesso a profissões qualificadas ainda é dificultado para as mulheres, e o trabalho informal ainda é maior entre as mulheres. Ou seja, 52% das trabalhadoras estão na informalidade. Significa dizer que mais da metade das trabalhadoras não tem direito à proteção social. O fator das responsabilidades familiares recaírem mais sobre as mulheres reforçam a segregação ocupacional feminina, para atividades precarizadas que são mais flexíveis, de tempo parcial, ou realizadas a domicílio.

O investimento público é fundamental para enfrentar essa situação, não pode ser responsabilidade da mulher ou de sua escolha pessoal. O serviço público tem de enfrentar a questão das creches e escolas de tempo integral. A ampliação dos espaços de qualificação tornou-se uma urgência. Os editais de concurso de profissões tradicionalmente masculinas, precisam indicar a participação das mulheres. A exigência de acesso a crédito para o empreendedorismo feminino. A criação de equipamentos sociais que contribuam para aumentar o tempo disponível das mulheres. Ampliação das Políticas de previdência social para as mulheres e seu maior acesso à documentação civil. Criação de mecanismos institucionais para barrar qualquer relação de trabalho discriminatória em razão de sexo, raça-etnia, orientação sexual, geração ou deficiência, com equidade salarial e no acesso a cargos de direção. Estes os sonhos das trabalhadoras.

Concluo dizendo, que o povo brasileiro está vivendo uma encruzilhada, às vésperas de uma eleição em que estará em jogo dois caminhos para o Brasil: de avanço ou de retrocesso. As mulheres devem jogar papel importante, para a vitória de um projeto de avanço para o Brasil, hoje melhor configurado na candidatura de Dilma, por seu compromisso com o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e a democracia. Afinal, sabemos o valor da democracia para as conquistas das mulheres.